

# ESPAÇO ESCOLAR: A Reorganização Espaço-Funcional na Construção de uma (nova) Identidade

Autores: André Santos e Jéssica Costa  
FAUP

Fotos: André Santos

A arquitetura escolar simboliza e constitui um motor de expansão e transformação das cidades e da sociedade, tornando-se um tema de extrema relevância no campo da arquitetura. Numa era de aceleração e mutação, os métodos de ensino-aprendizagem evoluem, adaptando-se à constante metamorfose sociocultural.

Atualmente, procuram implementar-se modelos pedagógicos que se foquem em práticas colaborativas e exploratórias, visando incutir um sentido crítico, participativo e autónomo aos estudantes - conhecimento ativo, como contraponto ao modelo de ensino-aprendizagem ancestral, centrado na figura do professor e no espaço da sala de aula como estratégia de transmissão de conhecimentos.

Neste sentido, o PMEES respondeu à oportunidade e com pertinência, não só à necessária reabilitação dos edifícios escolares (degradados e com condições inaceitáveis para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem com dignidade), como também à adequação dos espaços escolares aos mais recentes paradigmas pedagógicos.

Mais do que a construção de novos edifícios escolares, intervir nos já edificados consolidou uma imagem de marca do Programa, elevando o valor das pré-existências e exigindo ao campo disciplinar

da arquitetura, e aos seus protagonistas, um desafio intenso, complexo e integrador de diversificadas vertentes e agentes.

O Modelo Concetual integrado no PMEES promove uma reorganização global das funções e espaços escolares, defendendo uma estratégia que convida a repensar cada espaço e respetiva simbologia para a comunidade escolar, e que, assentando numa perspetiva de hierarquização, afirma um ideal de maior polivalência e flexibilidade espacial, capaz de induzir atividades diversificadas.

Com a intenção em desvincular-se da tradicional sala de aula, enquanto espaço exclusivo para as práticas pedagógicas, propôs-se uma reorganização que incentiva a criação de espaços orientados para práticas pedagógicas mais flexíveis e informais. Promovendo a relação entre os vários membros da comunidade escolar, e aceitando que os momentos de aprendizagem ocorrem em diversos ambientes, sobretudo nos espaços exteriores à sala de aula, pretendeu-se também expandir o espaço pedagógico para além da comunidade escolar, resultando num enriquecido diálogo sociocultural, económico e, sobretudo, com o contexto social e a envolvente urbana onde se insere cada um dos equipamentos escolares.

“... uma escola orientada para ministrar conhecimentos; transmitir



informação e facilitar competências aos alunos; promover, estimular e apoiar a aprendizagem e a formação ao longo da vida.”

Apesar do Programa ser mais explícito nas indicações direcionadas para a intervenção nos edifícios e na correspondente reorganização espaço-funcional, esta não se pode considerar desvinculada de um conjunto de convicções de índole pedagógica, que visam transformar significativamente os modos de ensinar e aprender, na definição de um renovado conceito de escola, tendo sido também este o ideal que despoletou e estimulou a transformação dos edifícios escolares.

“Procurou-se responder às orientações da política educativa nacional, nomeadamente criar espaços atractivos, multifuncionais, seguros, acessíveis e inclusivos que permitam uma utilização alargada a

peças com mobilidade condicionada e necessidades educativas especiais, bem como à comunidade em geral, no âmbito de actividades de formação pós-laboral, eventos culturais e sociais ou desportivos.”

Correspondendo a esta perspetiva, as características dos edifícios pré-existentes, as opções dos autores e o programa funcional (que se ambicionou ampliar em cada escola), contribuíram conjuntamente para a materialização de soluções, nas quais o sentido de integração e de transformação de edifícios pavilhonares em organismos unificados encontraram soluções qualificadas, contemporâneas e diversificadas.

É neste contexto que a solução idealizada pelo arq.º Herman Hertzberger, na escola de Montessori, em Delft, foi aqui conscientemente



amplificada, convocando-se o conceito de learning street como uma estrutura espacial capaz de aglutinar a dispersão das várias construções escolares, articular um conjunto de funções de carácter coletivo e social (biblioteca, auditório, sala polivalente, refeitório, loja) e, ainda, proporcionar condições espaciais para a realização de atividades diversificadas, onde a aprendizagem informal assume o principal mote orientador.

Os resultados que os autores conceberam e as arquiteturas manifestam integram aquele desígnio num conjunto singular de soluções, destacando-se aquele sentido integrador verificado na escola de Soares dos Reis (arq.º Carlos Prata), a expressiva ampliação do conceito

de rua na conformação de uma praça, materializado na escola de Rio Tinto (arq.º Rui Mealha), ou ainda, nos espaços de circulação dilatados como os que se desenham quer na escola de Monserrate (arq.º Francisco Marques Franco), quer na escola de Tomaz Pelayo (arq.º José Gigante).

Este artigo insere-se no contexto do projeto de investigação ESCOLAS: Complexidade e Interpretação .

NOTA: A TRAÇO manteve a grafia original do artigo

